



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP
Telefone 0xx18 – 3286.1140

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 796/2025

Dispõe sobre: Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025 no Município de Anhumas - SP, e dá outras providências ":

Art. 1º - Esta Lei regula, o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS 2025**.

Art. 2º - Fica instituído, no Município de Anhumas, o **PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS 2025**, destinado a:

I - Promover a regularização de créditos do município, decorrentes de débitos de contribuintes, relativos a fatos geradores ocorridos até 08 de Agosto de 2.025, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, parcelados ou reparcados, inclusive os decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos;

II - Possibilitar a recuperação de empresa que atue no município, especialmente as referidas no art. 179 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 1º - O benefício de que trata este artigo é extensivo a todos os contribuintes em débitos junto à Fazenda Pública Municipal, quer sejam pessoas física, quer jurídica, inscritos em qualquer cadastro municipal, obrigados principais, solidários ou por sucessão.

§ 2º - O benefício a que alude o § 1º deste artigo é extensivo às pessoas em regime de falência, concordata ou insolvência civil que dele poderão fruir mediante requerimento próprio ou de terceiro com a expressa anuência do devedor.

§ 3º - Considera-se crédito constituído, para os efeitos deste artigo, qualquer obrigação em dinheiro, imposta em decorrência da legislação municipal, inscrito ou não em Dívida Ativa, de exigibilidade já parcelada, reparcada ou a parcelar; ajuizado ou não; suspenso ou não.

Art. 3º - O Programa ora instituído coloca à disposição dos contribuintes, alternativamente, as seguintes vantagens:

I – Concessão de anistia de 100% (cem por cento) na multa e nos juros para pagamento à vista, até o dia 01º de dezembro de 2.025;

II - Pagamento do débito consolidado, em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º - Fica estabelecida a quantia de 15 (quinze) UFM - Unidade Fiscal do Município, como valor mínimo de cada parcela.



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

**Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP
Telefone 0xx18 – 3286.1140**

§ 2º - Possuindo o sujeito passivo débitos de várias unidades cadastrais, serão realizados parcelamentos individualizados de cada um deles.

§ 3º - Para usufruir dos benefícios de que trata o presente programa, será facultado ao contribuinte inscrito em Programas de Recuperação Fiscal anteriores, ou com parcelamento de débito tributário requerer a dissolução do anterior parcelamento com o débito atualizado e a adesão ao presente programa.

Art. 4º - A adesão do contribuinte ao programa do REFIS MUNICIPAL 2025, implicará na confissão irrevogável e irretratável da dívida, na aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei, e será manifestada através de requerimento próprio, dirigido ao Chefe do Poder Executivo, através do Setor de Tributação, até o dia 1º de dezembro de 2025.

§ 1º - A pessoa jurídica deverá anexar ao requerimento os atos constitutivos da sociedade; e se através de procurador, procuração com poderes específicos para confessar e assinar todos os atos necessários à formalização da sua adesão ao programa de REFIS MUNICIPAL – 2025,

§ 2º - O pagamento e ou parcelamento dos débitos ajuizados, nos termos dos incisos I e II do art. 3º, deverá ser precedido do recolhimento dos honorários advocatícios e das custas processuais.

§ 3º - A opção pelo REFIS MUNICIPAL exclui e se sobrepõe a qualquer outra forma de parcelamento anterior, cujo valor remanescente, feitas eventuais deduções, será obrigatoriamente incluído no débito consolidado e cancelado o anterior termo de acordo.

§ 4º - O contribuinte com execução fiscal ajuizada que aderir ao presente programa através do parcelamento, terá a ação de cobrança suspensa enquanto durar o prazo de parcelamento, salvo se se tornar inadimplente.

Art. 5º - O contribuinte será excluído do REFIS, mediante ato do Setor de Tributação, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - Inadimplência de 3 (três) parcelas consecutivas ou 6 (seis) alternadas, o que ocorrer primeiro, relativamente a débitos abrangidos pelo presente programa.

§ 1º - A exclusão do contribuinte do REFIS MUNICIPAL acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo do débito confessado e não pago, aplicando-se, sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos gerados.

§ 2º - A exclusão será precedida de consulta à Procuradoria Jurídica, a qual emitirá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, parecer orientando quanto à legalidade do ato de exclusão.



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

**Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP
Telefone 0xx18 – 3286.1140**

§ 3º - O contribuinte será cientificado pessoalmente, por via postal ou por edital resumido e publicado na imprensa local, do ato de exclusão.

§ 4º - O montante apurado nos termos do § 1º deste artigo, será imediatamente encaminhado para cobrança extra/judicial.

§ 5º - Ao contribuinte excluído do presente programa ficará impedido de participar de outro programa, ou de qualquer outra modalidade de parcelamento ou benefício fiscal, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 6º - O contribuinte poderá compensar, do montante do débito consolidado, o valor de créditos líquidos e certos que possua contra o município ou ainda extingui-lo mediante dação em pagamento de bens móveis ou imóveis.

§ 1º - Optando o contribuinte pela compensação tributária deverá anexar ao termo de opção a declaração do valor e da origem do seu crédito.

§ 2º - O crédito tributário ofertado em compensação poderá ser recusado pela Fazenda Pública, após manifestação da Procuradoria Jurídica.

Art. 7º - Em caso de necessidade, o Prefeito Municipal poderá, mediante Decreto, prorrogar o prazo a que trata o inc. I do art. 3º e “caput” do art. 4º.

Art. 8º – O demonstrativo de Renúncia de Receita e medidas de compensação de que trata o art. 14 da Lei Complementar nº 101/00, de 04 de maio de 2000 seguem demonstrados no Anexo I que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Anhumas, 08 de agosto de 2025.

ADAILTON CESAR MENOSSI
Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP
Telefone 0xx18 – 3286.1140

JUSTIFICATIVA PL COMPLEMENTAR 796/2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Vereadores:

A propositura que ora submeto ao ilibado exame dessa Douta Casa de Leis, dispões sobre: **“Institui Formas de Recuperação Fiscal, altera procedimentos da administração tributária e dá outras providências”**.

O presente projeto de Lei, dentre outros, visa dar atendimento ao Comunicado GP nº 13/2024 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no qual alertou aos jurisdicionados quanto a obrigação de esgotamento de todas as vias administrativas, visando a recuperação dos créditos da Fazenda Pública, antes do ajuizamento de ações de execução fiscal.

Assim, com o objetivo precípua de proporcionar aos nossos munícipes a oportunidade de regularizarem seus débitos junto a esta municipalidade, estamos instituindo em nosso município o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS 2025. Este Programa irá permitir que contribuintes e empresas em débito com os cofres públicos, regularizem sua situação financeira, através do parcelamento de suas dívidas e/ou por meio do pagamento à vista, com um desconto de 100% (cem por cento) na multa e juros, evitando assim, medidas extremas que somos forçados a tomar, tais como, o protesto da dívida, em cumprimento ao citado Comunicado do Tribunal de Contas.

Não obstante, o REFIS é uma ferramenta estratégica para a gestão municipal, pois, além de aumentar a arrecadação, promove a justiça fiscal e auxilia os contribuintes a regularizarem suas pendências, beneficiando tanto o município quanto a população.

O demonstrativo de impacto orçamentário e financeira e a indicação da estimativa da renúncia de receitas de que trata o art. 14 da Lei Complementar nº 101/00 – LRF, Lei de Diretrizes Orçamentárias segue demonstrado no anexo I do referido Projeto.

Contando com o proverbial atendimento, agradeço antecipadamente e protestos de elevada estima e distinta consideração.

Anhumas, 08 de agosto de 2025.

ADAILTON CESAR MENOSSI
Prefeito Municipal



MUNICIPIO DE ANHUMAS

CNPJ (MF) 44.853.331/0001-40

Rua Domingos Ferreira de Medeiros, 496
CEP 19.580-000 - ANHUMAS - SP
Telefone 0xx18 – 3286.1140

DECLARAÇÃO

ADAILTON CESAR MENOSSI, Prefeito Municipal de Anhumas, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, DECLARA, para fins de cumprimento do Artigo 14 da lei Complementar nº 101/00 que a renúncia da referida receita não afetará o cumprimento das metas de arrecadação e o cronograma de desembolso no exercício de 2025, e a concessão do benefício que se pretende fazer está adequado com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento Anual de 2025 diante das previsões demonstradas nas citadas peças de planejamento.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Anhumas, 08 de agosto de 2025.

ADAILTON CESAR MENOSSI
Prefeito Municipal

